

Crianças investigadoras? Cenários de participação ativa na Educação Básica

10

Children as researchers? Scenarios of children's participation in Middle School

Paulo Jorge Freitas da Silva e Costa^{*}
Natália Fernandes^{**}
Maria Beatriz Oliveira Pereira^{***}

Resumo: Considerando as crianças¹ como atores sociais (com voz e ação) competentes para a interpretação do contexto em que se inserem, apresenta-se, no presente artigo, uma reflexão sobre a sua importância como sujeitos e participantes da investigação partilhada. Através da participação das crianças como investigadoras, em dois estudos de opinião, pretende-se discutir as respectivas possibilidades e limites, como metodologia participativa na Educação Básica. A informação proveniente das crianças forneceu pistas de intervenção aplicadas à escola.

Palavras-chave: Crianças. Direitos. Investigação participativa.

Abstract: Considering childrens² as social actors (with voice and agency) with competences to understand the contexts they live in, this article presents a reflection on their importance as subjects and participants in a shared research process. Through children's participation as researchers in two opinion studies we aim to discuss on its possibilities and limits as a participatory methodology

^{*} Mestre em Estudos da Criança pela Universidade do Minho – Portugal. Professor Assistente convidado no Instituto de Educação da mesma universidade. Pertence ao Centro de Investigação em Estudos da Criança da FCT/UM – Portugal. Desenvolve investigação na área do *bullying* na escola, espírito desportivo e sobre as metodologias participativas com crianças. Braga, Portugal. *E-mail:* paulocosta@ie.uminho.pt

^{**} Doutora em Estudos da Criança. Especialista em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho/Instituto de Estudos da Criança – Portugal. Professora Auxiliar no Instituto de Educação da Universidade do Minho. Braga, Portugal. *E-mail:* natfs@ie.uminho.pt

^{***} Doutora em Estudos da Criança pela Universidade do Minho/Instituto de Estudos da Criança – Portugal. Professora catedrática nos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Instituto de Educação da mesma universidade. Pertence ao Centro de Investigação em Estudos da Criança da FCT/UM. Guimarães, Portugal. *E-mail:* beatriz@ie.uminho.pt

¹ Nos termos da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989, p. 6), criança é todo ser humano menor de 18 anos.

in middle school settings. Information that emerged from children as led to intervention paths applied to the school.

Keywords: Childrens. Rights. Participatory research.

Introdução

O presente artigo apresenta e discute modos alternativos de encarar as crianças e a investigação. O contexto de enquadramento das práticas e ideias aqui apresentadas é o contexto educacional português, que, para além de outros fatores, é marcado pela existência de práticas participativas pobres e de cidadania em geral. Os modelos organizacionais, as práticas e as concepções que as orientam são de baixa intensidade participativa, não fomentam o diálogo e a mobilização e, conseqüentemente, inibem uma participação real dos principais atores educativos – crianças e professores. É persistente um modelo de escola em que os alunos se limitam a ouvir o professor mais de $\frac{3}{4}$ do tempo de aula, sendo-lhes vedada a participação ativa no processo de ensino e aprendizagem. (NIZA, 2012).

As discussões em torno da cidadania infantil confirmam que as crianças – tal como as mulheres, minorias étnicas e raciais, não têm ainda o reconhecimento formal do seu estatuto de cidadania e, nesse sentido, não encontram possibilidades de ser cidadãos na prática. (LISTER, 2007; SARMENTO et al., 2006). A voz das crianças permanece, assim, ilegítima, secundária e desinteressante quando aborda questões de participação. Mas se trata também da ausência de espaços e estruturas em que essa voz, mesmo que assim fosse considerada, pudesse ser ouvida e, por conseguinte, legitimada. (TOMÁS, 2011). Trabalhar num contexto histórico e cultural, no qual as vozes das crianças são marginalizadas, coloca aos agentes escolares grandes desafios para encontrar formas eficazes de quebrar o poder desigual entre adultos e crianças e criar novos espaços de participação, de forma a permitir às crianças que tenham voz e que sejam ouvidas. (MAYALL, 2005; PERCY-SMITH, 2010).

Atualmente assiste-se à emergência do paradigma que reflete um afastamento da visão das crianças como recipientes passivos da socialização adulta, para um reconhecimento das crianças como atores sociais (com voz e ação) e da infância como grupo social com direitos próprios e participantes ativos na construção e determinação das suas *experiências*, abrindo, desse modo, caminho para novas formas de desenvolver investigação com as mesmas. (O’KANE, 2005; SOARES, 2006). Conseqüentemente, urge uma mudança metodológica nos métodos de ensino e aprendizagem aplicados

nas escolas da Educação Básica, onde as crianças são tidas como “objetos de preocupação”, para passarem a ser entendidas como “participantes ativos” (O’KANE, 2005), sendo para isso necessário considerar as disparidades de poder e de estatuto entre adultos e crianças. Questões como as relações de poder, nesse caso da supremacia adulta em relação à infância, transformam-se em formas de desigualdade a partir da negação desse mesmo estatuto às crianças.

Com o amadurecimento da pesquisa nas Ciências Sociais e, especialmente a partir da afirmação da sociologia da infância, que privilegia um espaço/estatuto social e científico para esse grupo social, acreditamos ser possível desenvolver novas leituras de temas transversais (*bullying*, crise socioeconômica, redes sociais, entre outros), pela via da participação partilhada entre crianças e adultos, na construção do conhecimento, tendo em conta os referenciais dos seus mundos sociais e culturais.

A participação das crianças na investigação tem aumentado de forma significativa nos últimos anos (LANDSDOWN, 2005), sendo consideradas como coprodutoras de dados durante o processo investigativo conduzido junto com elas, assumindo, dessa forma, um protagonismo como investigadoras. (ALDERSON, 2005). É possível hoje assumir que as crianças são competentes na escuta, no questionamento, no estímulo e na ajuda recíproca na construção de conhecimento (O’KANE, 2005), desde que sejam asseguradas condições para que tal possa acontecer efetivamente.

O direito e a importância da participação ativa das crianças na investigação

As questões relacionadas à titularidade de direitos e o reconhecimento do valor da participação das crianças são afirmadas por um conjunto de legislação e instrumentos jurídicos. A Convenção os Direitos da Criança (CDC) da Organização das Nações Unidas (ONU) é disso exemplo, ao estabelecer claramente que todas as crianças têm o direito a que os seus pontos de vista sobre os assuntos que os afetam sejam tidos em conta. O art. 12 da CDC declara a esse propósito que “os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração às opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade”. (ONU, 1989).

A ideia de participação das crianças figurará, então, “intimamente ligada à de infância enquanto coletivo produtor de transformação social a partir da sua ação, ainda que essa ação possa situar-se em diferentes domínios”, nem sempre com a mesma intensidade e nem sempre com os mesmos efeitos. (TREVISAN, 2012). A participação da criança constitui-se como um direito substantivo dado que permite às crianças desempenharem um papel protagônico nos seus cotidianos. (LANDSDOWN, 2005). De acordo com Alderson (2005), o ato de envolver as crianças mais diretamente na investigação pode evitar sujeitar as mesmas ao silêncio e à exclusão, bem como a serem representadas de forma errada, dada a sua condição passiva no processo de investigação.

De algum modo permanece a ideia de que para proteger é necessário negar participação e, para mobilizar participação, estaremos, de alguma maneira, colocando as crianças em risco. Não mais pensadas apenas como seres necessitados de proteção, as crianças passaram a ser vistas como sujeitos ativos da própria vida e dos seus modos, encontrando a possibilidade de ver a sua participação equacionada em contextos anteriormente exclusivos do adulto. Assim, ao proteger e garantir segurança às crianças, estamos, simultaneamente, negando-lhes a possibilidade de serem reconhecidas como participantes ativas da sua vida. Este antagonismo vulnerabilidade/competência não deverá ser debatido como dicotomia em si, mas, antes, como espectro que junta diferentes modos de o equacionar com diferentes implicações para as crianças e altamente dependente de elementos, como: idade, experiências das crianças, contextos, natureza da situação, entre outras. (TREVISAN, 2012).

Quando as crianças são reconhecidas como sujeitos de investigação, significa aceitar que as mesmas podem falar de direito próprio e expressar opiniões e experiências válidas. Consequentemente, a participação infantil constitui uma ferramenta indiscutível para fugir ou lutar contra ciclos de exclusão. (SOARES, 2006). A autora defende ainda que “a participação é, sem dúvida, um fator decisivo e poderoso para compreender a exclusão ou inclusão dos cidadãos nos processos de negociação e tomada de decisão acerca dos seus cotidianos”. Assim, o principal argumento a favor da participação ativa das crianças na investigação sobre assuntos que conhecem, reside, por um lado, no direito que lhes assiste de decidir se querem ou não fazer parte (LAWS; MANN, 2004) e, por outro, o fato de esse ser um modo de aquisição e desenvolvimento de mais competências, confiança e maior determinação, para ultrapassarem desvantagens, de forma particular, no caso daquelas que estão em maior desvantagem. (ALDERSON, 2005).

A investigação participativa inscreve-se no paradigma participativo, cuja investigação é considerada como uma realidade participada. (HERON, 1996). De acordo com o autor, a investigação é um processo de participação social, em que a tomada de decisão partilhada entre todos os parceiros do processo é fundamental. Participar significa influenciar diretamente nas decisões e no processo, cuja negociação entre adultos e crianças é considerada essencial, integrando tanto as divergências como as convergências relativamente aos objetivos pretendidos e que resultam num processo híbrido. (TOMÁS, 2007). Por isso, as crianças investigadoras no processo de investigação partilhada podem coadjuvar os investigadores adultos a estabelecerem níveis de conversação mais ajustados. (ALDERSON, 2005).

A investigação que implica, também, as crianças nas suas dinâmicas, obtém resultados imediatos na construção de conhecimento mais criterioso, uma vez que a comunidade científica também pode ganhar; aprenderão a integrar novas habilidades, novas perspectivas e novas maneiras de investigar, o que acrescenta qualidade ao trabalho desenvolvido pelos investigadores adultos (LAWS; MANN, 2004), e, outros ainda, com um alcance mais alargado relacionado com a promoção do seu estatuto de sujeitos com direitos, nas múltiplas dimensões da provisão, proteção e participação. Entre as oportunidades, destacam-se a obtenção de conhecimentos, o desenvolvimento de novas competências, a construção de novas amizades, o estabelecimento de redes de apoio mais amplas e a construção de uma consciência cidadã mais ampla.

Participação das crianças nas diferentes etapas da investigação

Ultrapassando a ideia clássica de que as crianças não têm competências para participar das investigações que dizem respeito à caracterização dos seus mundos de vida, têm assumido uma grande visibilidade os estudos em que as crianças assumem um protagonismo com outras crianças mais velhas e/ou adultos (LAWS; MANN, 2004) na investigação. As crianças que desenvolvem estudos como investigadoras utilizam muitos métodos, com ou sem adultos.

Autores como Alderson (2005), uma das pioneiras a defender a ideia de crianças como pesquisadoras, têm vindo a sustentar que as crianças podem participar de diversos momentos do desenvolvimento do trabalho de investigação, nomeadamente, na seleção dos tópicos de investigação, nas questões gerais, nos métodos, na definição das questões específicas para

inquéritos ou entrevistas, na definição dos entrevistados, na realização das entrevistas, bem como na análise dos resultados recolhidos.

A esse propósito, Lansdown (2005) reconhece três níveis de participação das crianças, a saber: “processos consultivos”, “processos participativos” e “processos autônomos”. Segundo essa autora, por processos consultivos entende-se que o adulto reconhece as opiniões e as experiências das crianças, embora sejam privadas de toda possibilidade de participar da análise dos resultados. Relativamente aos processos participativos, o processo é iniciado por adultos em parceria com as crianças, atribuindo-lhes, dessa forma, a possibilidade de exercer influência sobre o processo e os respectivos resultados. Por último, nos processos autônomos, as crianças têm o poder de empreender a ação. Considerando os dois últimos processos referenciados, a participação das crianças na investigação vai além das respostas a questionários ou ainda o de entrevistar seus pares. (LAWS; MANN, 2004).

A utilização de metodologias participativas exige da parte do investigador adulto atenção e consciência para um conjunto de princípios teóricos, éticos e metodológicos que devem ser salvaguardados na relação entre investigadores (crianças e adultos) ao longo da investigação. Uma dessas dimensões éticas relaciona-se à necessidade de as crianças compreenderem as propostas de pesquisa, a sua finalidade e qual o seu papel em tal dinâmica, antes da obtenção do seu consentimento informado. A obtenção do consentimento informado, que atenda a esses procedimentos prévios poderá ajudar as crianças a serem protegidas de investigações camufladas, invasivas, exploradoras ou abusivas. (ALDERSON, 2005).

Mapeamento de uma experiência de investigação participativa com crianças

Contextualização

As experiências aqui relatadas envolvem a participação de 28 crianças, das quais 16 pertencem ao gênero masculino (57,%) e as restantes, ao feminino (43%), com uma média global de idade de 14 anos. O grupo tem feito um percurso escolar em conjunto desde 2008-2009, tendo, ao longo desse tempo, gradualmente, desenvolvido competências na produção de conhecimento, pela participação ativa em diversos projetos sobre temas transversais (Necessidades Educativas Especiais, Desporto Adaptado, e *Bullying*, Cidadania, entre outros).

Neste artigo descreveremos o seu envolvimento em dois projetos no ano letivo de 2011-2012: o projeto “7 ideias para muitas opiniões: *bullying* – a agressividade entre pares na escola” e o projeto “A crise socioeconômica na perspectiva de crianças e jovens”. Salientamos que esses projetos se enquadram no programa “Nossa Escola Pesquisa sua Opinião” (Nepso),³ que mobilizou esse grupo para o desenvolvimento de uma diversidade de atividades, que foram colocando as crianças investigadoras diante de situações em que era necessária a tomada de decisão sobre diferentes propostas apresentadas para os problemas que se iam colocando.

Ao longo do processo, fomos construindo ativamente o significado da participação das crianças, vendo a forma como reagiam em vista do seu envolvimento ativo em assuntos que as afetam, ouvindo as suas opiniões e as tomando em consideração nos processos de tomada de decisão. Ressaltamos a importância do desenvolvimento dessas dinâmicas em contexto escolar, uma vez que ele se assume como um desafio no contexto da escola portuguesa. Efetivamente, a escola portuguesa desenvolve sua ação, salvo algumas exceções, num registo de baixa intensidade no que diz respeito à implicação, mobilização e participação dos alunos nos processos educativos. Consideramos que uma das formas de combater aquilo que Afonso (1999) classifica como “neoliberalismo educacional mitigado”, será o desenvolvimento, em contexto escolar, de dinâmicas de participação ativa das crianças, que poderá encontrar na utilização da investigação participativa um aliado.

Ilustramos em seguida experiências que pretendem reconstruir outras dinâmicas dentro da escola, no sentido de essa se assumir, tal como é designado por Santos (1998) um “espaço-tempo que favoreça e promova a deliberação democrática”.

A investigação participativa, considerada apropriada para o estudo com crianças, atendendo a que pela sua participação, desde que contem com tempo e espaço para falarem, as crianças podem ter um papel mais ativo no conjunto de decisões que mais as afetam. (O’KANE, 2005). Em termos metodológicos, os dois estudos de opinião desenvolvidos com as crianças caracterizaram-se por um desenho de natureza quantitativa, que articula

³ O programa “Nossa Escola Pesquisa sua Opinião” (Nepso) decorre de parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa e tem como objetivo disseminar nas escolas públicas a utilização da pesquisa como um instrumento pedagógico.

dados quantitativos e qualitativos, na verificação dos objetivos formulados, estabelecendo comparações e associações possíveis entre as variáveis definidas. Trata-se de uma coexistência metodológica. No segundo estudo, as crianças investigadoras realizaram uma análise qualitativa completa dos resultados das entrevistas, com o intuito de elaborar um questionário de autorrelato.

De forma a garantir um acompanhamento sistemático, controlado, empírico e crítico, desenhou-se um plano de investigação quantitativo e qualitativo, com recurso ao *focus group*, para debater de forma *aberta* e partilhada os dados obtidos e a técnicas de análise estatístico-descritiva. Com o objetivo de descrever o percurso realizado, foi desenvolvido um registo de campo, denominado pelas crianças investigadoras como “diário de bordo”, por meio do qual realizaram o sumário das várias sessões, bem como as respectivas reflexões e relatórios. O processo investigativo correspondente a cada estudo desenrolou-se ao longo de, aproximadamente, 120 sessões de 45 minutos. As sessões desenvolveram-se na área curricular não disciplinar de Formação Cívica (45 minutos semanais) e hora de projeto (45 ou 90 minutos semanais). A hora de projeto foi um espaço conquistado e criado entre as crianças investigadoras e o investigador adulto, atendendo às necessidades sentidas em vista do resultado da dinâmica assumida entre as partes envolvidas.

O desenvolvimento dessa dinâmica participativa com esse grupo de crianças foi, desde o início, muito consciente e respeitador de um conjunto de aspetos éticos, que são, na nossa opinião, fundamentais para salvaguardar que a relação de investigação seja pautada pela assunção de um conjunto de compromissos entre adultos e crianças, baseados no respeito, na partilha de poder e na tomada de decisão partilhada, nomeadamente pela via da consideração dos seguintes aspectos: todas as crianças manifestaram o consentimento informado em participar das diversas fases do projeto, com o respetivo consentimento dos pais/encarregados de educação; a maioria dos tempos dedicados ao estudo ocorreu em tempos não letivos, em regime de total voluntariado; a construção de relações de parceria entre os vários intervenientes no estudo, de forma que as relações de poder e os processos de tomada de decisão fossem democráticos (independência dos poderes estabelecidos); o sentido de *obrigatoriedade* foi reivindicado e aplicado em situações que visaram a assegurar o bem-estar (respeito, solidariedade, responsabilidade, entre outros) dos pares, privilegiando o benefício coletivo sobre o individual, e o incentivo para a participação das crianças no processo de investigação decorreu do pressuposto de que as mesmas são agentes sociais dotadas de competências de intervenção e participação.

Estudo 1 – O estudo designado “7 ideias para muitas opiniões: *bullying* – a agressividade entre pares na escola”, envolveu 27 crianças, com uma média global de idades de 12 anos, como sujeitos investigadores na realização de um estudo de opinião. Através do estudo, recolheram e analisaram a opinião dos alunos do 5º ao 9º anos de escolas públicas de Braga – Norte de Portugal – sobre as questões relacionadas à violência escolar (*bullying*). Para tal foi utilizada uma amostra representativa de Agrupamento de Escolas do Ensino Básico, constituída por 404 alunos, 211 (52,2%) do sexo feminino e 193 (47,8%) do masculino, com idades compreendidas entre 10 e 16 anos, cuja média global de idades foi de 12,63.

Estudo 2 – O estudo designado “A crise socioeconômica na perspetiva das crianças” envolveu 28 crianças, com uma média global de idade de 13 anos. Numa primeira fase, os alunos desenvolveram um guia de entrevista, cujo objetivo era recolher a informação que permitisse a construção de um questionário de autopreenchimento. Foram aplicadas 12 entrevistas a alunos do 1º ao 9º anos do Ensino Básico. Na segunda fase, depois de terem construído o questionário, o mesmo foi aplicado a 411 crianças, 208 (50,6%) do sexo feminino e 203 (49,4%) do masculino, com idades compreendidas entre 8 e 16 anos, com uma média global de idades de 11 anos, pertencentes a cinco escolas públicas de Braga – Norte de Portugal.

A participação das crianças nas diferentes etapas da investigação

Considerando os requisitos para a realização de um estudo de opinião, passamos a descrever e a refletir sobre a participação das crianças investigadoras nas diferentes etapas da investigação, que caracterizam os dois estudos desenvolvidos.

A escolha da temática a investigar constitui, em nossa opinião, uma das fases mais importantes no processo investigativo. Como sabemos, a motivação ocupa um papel central no desenvolvimento de qualquer tarefa, que se espera seja significativa para os envolvidos, em particular nos estudos com crianças. Assim, quando o tema vai ao encontro das vontades e necessidades das crianças investigadoras e da escola onde estão envolvidas, as possibilidades de sucesso são maiores, sendo que a mobilização dessas crianças para o desenvolvimento do projeto ocorreu num período extracurricular e de forma voluntária, o que por si já é revelador da sua mobilização e empenho. Da mesma forma, compete ao investigador adulto

estar imbuído do mesmo espírito, pelo que a seleção da temática deve ser assumida de forma partilhada.

Após a definição da temática de investigação, as crianças documentaram-se, fazendo uma pesquisa relacionada com as temáticas selecionadas, utilizando a pesquisa em artigos, estatísticas, opiniões, relatórios, notícias, entre outros. A coleta de toda informação constituiu a oportunidade para refletirem sobre a temática, dado que abriu um espaço-tempo real para explorarem diversos aspetos e se inteirarem do conhecimento até então produzido acerca da temática em análise.

Relativamente às opções metodológicas, as crianças investigadoras participaram de forma partilhada com o adulto investigador, na definição das questões e metodologias de investigação, na definição dos entrevistados (definição da população/amostra), na realização e aplicação das entrevistas, bem como na análise dos resultados recolhidos. Na fase final do processo, traçaram as principais conclusões dos estudos, tendo delineado, ainda, as respectivas propostas de ação. Finalmente, elaboraram os relatórios finais, correspondentes a cada um dos estudos realizados, bem como as apresentações em *PowerPoint*, de forma a disseminar os estudos desenvolvidos.

Da pesquisa à ação – contornos das práticas participativas desenvolvidas pelas crianças

As estratégias participativas utilizadas com as crianças são, na nossa opinião, tão mais ricas quanto mais valorizarem as experiências e percepções das crianças ativamente implicadas: numa perspectiva individual, através dos relatos sobre os problemas que enfrentam e as estratégias que usam para os superar: numa perspectiva coletiva, quando avançam com sugestões de carácter preventivo e interventivo, de forma a apoiar os pares diretamente e/ou indiretamente implicados. Assim, foram utilizados vários métodos de investigação que lhes possibilitaram expressar e partilhar suas experiências.

No que diz respeito ao estudo de opinião sobre a violência escolar (*bullying*), a análise dos dados destacou, como medidas de intervenção preventiva, a “abordagem do tema da violência escolar (*bullying*) nas aulas”, seguida da “criação de um gabinete de apoio à(s) vítima(s) e/ou agressores” e a “formação aos professores e aos assistentes operacionais”. Os resultados do estudo revelaram diferentes pontos de vista entre as crianças e os adultos,

indicando, dessa forma, o valor de investigar diretamente a perspectiva das crianças. Referimo-nos ao fato de os participantes não terem identificado os comportamentos de natureza relacional/exclusão social (*bullying* indireto) como agressivos e intimidatórios, bem como reconhecerem com mais facilidade as agressões de natureza física e sexual (*bullying* direto).

Na sequência dos resultados do inquérito “7 ideias para muitas opiniões: *bullying* – a agressividade entre pares na escola”, as crianças investigadoras envolveram-se num novo projeto, agora, com uma natureza mais interventiva/transformação social. Nesse sentido, desenvolveram uma atividade, que tinha como objetivo identificar, inicialmente, as suas próprias representações acerca dos 17 comportamentos agressivos e intimidatórios identificados pela literatura e, posteriormente, construir materiais que permitissem a divulgação e sensibilização das crianças acerca da problemática em questão.

Inspirados nos referidos comportamentos, utilizaram técnicas de dramatização (*role-play*) ou, ainda, a observação de situações agressivas e de intimidação entre pares. Posteriormente, realizaram registos fotográficos (grafites virtuais e em modo estereoscópico -3D). A seleção dos episódios de agressão e intimidação teve por base a categorização previamente definida (física, verbal, sexual, ameaça, exclusão e *cyberbullying*), e as paredes escolhidas para “pano de fundo” correspondem aos espaços educativos das escolas. Por meio das ferramentas metodológicas com recurso às técnicas de dramatização e multimídia, foi possível recuperar as representações que, por vezes, ficariam ocultas ao adulto investigador.

Decorrente dos registos fotográficos, resultou uma exposição coletiva que esteve patente no Mosteiro de Tibães, de 16 a 24 de junho, pela parceria estabelecida pelo Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado com o Mosteiro de Tibães. A iniciativa pretendeu alertar a comunidade para a problemática dos comportamentos agressivos e de intimidação (*bullying*) pela via dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos do 8º e do 9º anos. Assegura-se, dessa forma, um dos momentos mais importantes numa investigação participativa: a mobilização do conhecimento para a transformação social. Ao divulgarem o seu trabalho, tais crianças assumem, no seio da comunidade, um papel importante na sensibilização acerca dessa problemática.

No que diz respeito ao estudo “A crise socioeconômica na perspectiva das crianças”, mostrou de forma muito eficaz como uma categoria geracional, a da infância, que tradicionalmente se pensa ter uma leitura acrítica do

mundo, encara a crise. Das suas opiniões é possível resgatar ideias reveladoras de um projeto educativo de gestão e consumo sustentável, bem como de compreensão crítica de um contexto local e global, marcado por pressões internas e externas e em que pacotes de ajuda ao país não representam garantias à cidadania da população.

O grupo de crianças investigadoras tocou, sob um olhar crítico, na questão da manipulação midiática, das especulações e dos seus interesses, nem sempre dados a conhecer para a opinião pública e sobre a importância de ler o mundo de forma não condicionada. Também defendeu o protagonismo da participação ativa e não resignada diante da crise que os atinge na medida em que o desemprego é condição comum para integrantes da sua família. A leitura das crianças que participaram da investigação, diante da atual situação portuguesa, diz-nos que 70.6% classificam o estado do país como “Muito mau” ou “Mau”, e cerca de 73.7% culpam, por isso, algumas figuras políticas portuguesas, mostrando-se a maioria “Muitíssimo preocupada” com a situação. Decorrem, ainda, da investigação, as suas dúvidas quanto à resolução eficaz dos problemas financeiros em Portugal. A partir desses dados, foram planeadas estratégias didáticas para uma abordagem das alternativas, que permitam uma gestão e comportamentos familiares compartilhados, sustentáveis e mais econômicos.

Mais uma vez, decorrente dessa investigação realizada pelas crianças, se assistiu a um conjunto de iniciativas reveladoras da utilidade que a investigação, nesse caso realizada com crianças, pode ter na sociedade. Como resultado do estudo: “A crise socioeconómica na perspetiva das crianças”, no dia 26 de setembro de 2012, as crianças investigadoras receberam a visita de uma equipe da Televisão Independente (TVI), que se deslocou à escola para fazer uma reportagem sobre o seu estudo-opinião. No dia 6 de outubro, foi para o ar (horário nobre) a referida reportagem, integrada ao programa “Jornal da Noite”, tendo apresentado o estudo desenvolvido da seguinte forma:

Deixamos agora uma pergunta como é que as crianças e jovens olham para a atual situação portuguesa, para esta situação de crise, de dificuldades. Uma turma de Braga fez um estudo de opinião sobre o que as crianças e os jovens pensam da realidade portuguesa. Um estudo que se tornou inédito e marcante, tendo inclusivamente ganho um prémio internacional. (SOUSA, 2012).

Disseminação dos estudos e das propostas de aplicação dos resultados na voz das crianças

As crianças investigadoras participaram, ao longo do processo, de várias sessões de divulgação dos estudos realizados. Desenvolveram, em cooperação com os pares, uma apresentação em *Power Point*, contemplando a temática escolhida para pesquisa, as questões que os inquietaram, os objetivos, as opções metodológicas, a coleta e o tratamento dos dados, as principais conclusões e as propostas de ação decorrentes da participação nos estudos desenvolvidos.

Da disseminação do estudo resultou um conjunto de propostas realizadas, nomeadamente, participação com apresentação de pôster em seminário internacional destinado ou *reservado* aos adultos, comunicações para crianças e jovens e/adultos, exposições em espaços públicos (bibliotecas e museus), entre outras, de forma a dar voz aos estudos realizados. Grande parte da disseminação foi marcada por uma relação com os veículos de comunicação social (entrevistas na rádio e TV – Porto Canal, TVI e Televisão da UCS – Brasil, jornais nacionais e locais, páginas na *web*, entre outros), continuamente analisada numa perspetiva crítica e dialógica em sala de aula. Nessa relação, mobilizaram diferentes competências, apresentaram soluções e produziram conceitos e conhecimentos com a marca da especificidade geracional, ou seja, ocuparam os espaços possíveis para exercerem o direito de participação cidadã, em área que, invariavelmente, desconsidera outras vozes que não as do mundo adulto.

As representações das crianças acerca das dinâmicas participativas em que se envolveram

A partir das diferentes propostas desenvolvidas com os grupos cooperativos, foi possível perceber que, sendo investigadores legitimados e investidos de poder no espaço educativo, as crianças reconhecem a necessidade e a importância de assumirem maior protagonismo em diferentes domínios de saberes, mobilizando outras competências, de modo a participarem das estruturas formais de afirmação da identidade e da própria cidadania. Estas se concretizam em competências como a de abordar criticamente problemas e temas do quotidiano, manifestar-se de forma autoral e nos espaços públicos, o que implica organizar ideias; promover debates com os pares e a comunidade de pertença; buscar alternativas de forma partilhada; organizar prioridades, etc.

Um aspeto interessante, que decorre da avaliação feita pelas crianças, tem a ver com a ressignificação de um tempo pedagógico não institucionalizado, a “hora de projeto” do grupo de crianças investigadoras, que, na maior parte dos casos, não vê reconhecida a sua importância na estrutura curricular, o espaço de projeto.

Considerações finais

A imagem da infância e das crianças sofreu alterações significativas iniciadas na última metade do século XX, em diferentes áreas do saber. Essas ideias acompanhadas de notáveis alterações, que foram sendo sedimentadas até a promulgação e ratificação da Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989), sublinharam também as primeiras imagens da criança com direito à opinião. Os debates sobre participação infantil e âmbitos e contextos em que poderiam surgir alargam-se cada vez mais, para percorrerem domínios até então considerados inatingíveis.

A infância tem sido um grupo social e historicamente associado a exclusões sistemáticas no exercício da cidadania. A própria academia rejeitou até há bem pouco tempo⁴ a possibilidade de encarar a criança como um informante válido e com competência para se envolver em dinâmicas de investigação e para assumir protagonismo nesses processos. Tem, no entanto, vindo a conquistar um novo espaço revelador de uma imagem de infância, com registos de identidade de participação política, que subverte a tradição de as encarar meramente como objetos de estudo por referência à norma e à padronização. É de se referir, no entanto, que, apesar desse gradual reconhecimento, continuam a ser escassas as investigações que envolvem crianças na recolha e análise de dados. (LAWS; MANN, 2004).

Este artigo, ao registar o percurso de um caminho concreto, percorrido através de dois estudos de opinião, que encontram no interior do campo educativo da escola pública a sua arena, confirma a possibilidade de as crianças participarem em dinâmicas de investigação, desde a definição do tema à disseminação dos resultados. Vem confirmar, ainda, que é possível a participação infantil acontecer, confirmando a abordagem de Laws e Mann (2004).

⁴ Será interessante sublinhar que a emergência dessa ideia iniciou somente em meados da década de 90 (séc. XX).

De acordo com Alderson (2005), os estudos desenvolvidos com crianças podem abrir novas direções para a investigação, constituindo um campo propício ao amplo exercício dos seus direitos. Ao exercerem sua cidadania na investigação, nos dois estudos de opinião, as crianças produziram conhecimentos sobre problemáticas do seu cotidiano e comuns à categoria social geracional que compõem. Talvez a isso possamos chamar de “conhecimento autoral”, significativo e transformador. Cada uma das temáticas investigadas foi escrutinada sob diversas *perspectivas*, compondo e decompondo as camadas do pensamento complexo e evitando o risco de adesão às versões facilitadas de verdades unívocas. A intensidade com que se dedicaram à investigação e *experienciaram* a participação na pesquisa estende-se à aplicação do conhecimento produzido, de tal forma que foi amplamente difundido e permanece como elemento de interesse para todos aqueles que se dedicam à compreensão das práticas agressivas entre pares (*bullying*) e aos efeitos da crise socioeconômica na vida das crianças. Além disso, há o fator da qualificação dos processos educativos, socializadores e de humanização efetivamente produzidos pelos protagonistas de uma comunidade escolar.

Observamos uma crescente autonomia das crianças investigadoras ao longo do processo, preservadas em seus fundamentos de continuidade, acompanhamento sistemático e avaliação democrática. A investigação com as crianças investigadoras, aberta às demandas que emergiam no caminho, foi sendo desenhada e ampliada nas metodologias, em graus e etapas. Técnicas dramáticas, recursos multimídias, expressões via artes gráficas e musicais, entre outros, compuseram as ações no contexto da pesquisa. O conjunto ampliado de ações permitiu, ainda, “rentabilizar as competências de as crianças que não dominem o registro escrito ou que não sintam à vontade relativamente a outras possibilidades de construção da informação”. (SOARES, 2006, p. 36).

A participação das crianças no processo investigativo favorece a cidadania ativa, numa perspectiva de educar na cidadania em oposição a educar para a cidadania. Finalmente, analisando modos específicos de envolvimento, alguns grupos apontam o tempo livre ou a hora de projeto, como uma mais-valia para poderem participar de diferentes projetos. O envolvimento gradual em projetos de investigação criou um cenário propício à apropriação autoral, pelas crianças, de um conceito de participação ativa.

Foi mais uma *experiência* fantástica a acrescentar ao facto de a nossa turma também ser especial. Nós não nos limitamos a aprender e a debitar

nos testes aquilo que os professores nos ensinam. Somos uma turma muito activa, que participa em muitos projectos, que faz trabalhos de investigação e que gosta de ser especial. (VELOSO, 2012).

[excerto de entrevista de uma criança ao Jornal Correio do Minho]

A partir da diversidade dos dados levantados, considerados numa perspetiva contextualizada, vislumbra-se o princípio da imprescindibilidade social da intervenção educativa, pela conscientização participada e ativa das crianças (protagonistas da vida escolar democrática) na totalidade de questões inerentes ao contexto onde interagem. É, então, nesse sentido, que o lugar das crianças nas sociedades democráticas e os modos como nela são capazes de participar encontra espaço nas discussões contemporâneas da cidadania. Concordamos com Trevisan, quando refere que

não ignorando que a construção da cidadania se efetua em contextos formais e informais da vida social, pela construção de identidades múltiplas (Plummer, 2003) e pela reivindicação de estatutos individuais e coletivos, a lógica do reconhecimento das crianças como membros plenos da sociedade implica, necessariamente, o questionamento do estatuto coletivo enquanto crianças investigadoras, com vistas à melhoria da sua condição enquanto categoria social e geracional específica. (2012, p. 5).

Defendemos a necessidade de envolver as crianças em atividades das quais tradicionalmente sempre estiveram excluídas, nem que para tal seja necessário reinventar as concepções e os modos de encarar a adultez e o poder que, historicamente, caracteriza as relações intergeracionais e as dinâmicas, nomeadamente, as educacionais, que são desenvolvidas em nome da salvaguarda da proteção da infância.

Nos limites da pesquisa, alguns autores sugerem a necessidade de considerarmos a implementação de métodos mistos de participação – adequando instrumentos e ainda contando com a colaboração mais intensa e profunda entre adultos e crianças –, uma vez que a participação acontece num largo espectro de possibilidades, situadas em contextos específicos que contêm, em si, características específicas, recursos e motivações. (INVERNIZZ; MILNE, 2005; PROUT, 2005).

Entendemos a investigação participativa, a partir de processos partilhados entre os diferentes intervenientes, como possibilidade

metodológica inscrita na área da sociologia da infância crítica (SARMENTO; MARCHI, 2008), a qual considera as crianças como atores sociais, dotados de competências de ação e intervenção nos contextos de própria vida. Nesse sentido, consideramos que a presente investigação participativa constituiu uma ferramenta de intervenção individual e social, dinâmica e estrutural, provocando, quer nos intervenientes, quer na comunidade mais alargada um conjunto de transformações que justifica a utilidade que a investigação participativa assume, como um dos seus pressupostos de base – para além de caracterizar a realidade social, o importante é considerar, também, a possibilidade de os sujeitos poderem transformá-la.

Rematamos este artigo com a sustentação da ideia de que as crianças são sujeitos dotados de uma ação social constituinte da sua própria condição identitária, assim como das demais categorias geracionais, e que a mobilização de dinâmicas de investigação participativa são uma ferramenta de excelência para essa ideia poder ser concretizada. Para ela poder ser realmente significativa, requer a mobilização de atores, com papéis distintos, mas complementares: adultos e crianças necessitam implicar-se em práticas reiteradas de atitudes de cooperação e negociação. Dessa forma, “promovem uma apreciação mais respeitosa e realista das suas capacidades como actores sociais”. (ALDERSON, 2005).

Desestabiliza-se, assim, uma organização concentrada e vertical de poderes dominante, conquistando-se um alcance transformador da pesquisa participativa com crianças, ela própria uma metodologia distinguida pelo toque da reinvenção humana, no qual se assume, vive e concretiza a cidadania da infância.

Agradecimentos

Às crianças e aos jovens investigadores da turma 8º D (atual 9º D), pelo precioso contributo, empenho, dedicação, partilha e responsabilidade, mais uma vez demonstrados. Na verdade, são eles a razão da existência dos estudos de opinião desenvolvidos.

Referências

- AFONSO, A. (Ed.). *Educação básica, democracia e cidadania: dilemas e perspectivas*. Porto: Afrontamento, 1999.
- ALDERSON, P. Crianças como investigadoras. In: JAMES, P. C. A. (Ed.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Ediliber, 2005. p. 261-280.
- HERON, J. (Ed.). *Co-operative inquiry: research into human condition*. London: Sage, 1996.
- INVERNIZZI, A.; MILNE, B. Introduction: children's citizenship: a new discourse? *Journal Of Social Sciences*, n. 9 (Special Issue), p. 1-6, 2005.
- LANDSDOWN, G. Me haces caso? El derecho de los niños pequeños a participar en las decisiones que los afectan. *Cuadernos Sobre Desarrollo Infantil Temprano*, Haia, Países Baixos: Fundación Bernard Van Leer, v. 36, 2005.
- LAWS, S.; MANN, G. *So you want to involve children in research*. Estocolmo: Save The Children, 2004.
- LISTER, R. Why citizenship: where, when and how children? *Theoretical Inquisition Law*, v. 8, p. 693-718, 2007.
- MAYALL, B. Conversas com crianças. In: JAMES, P. C. A. (Ed.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Ediliber, 2005. p. 123-141.
- NIZA, S. (Ed.). *Escritos sobre educação*. Lisboa: Tinta Da China, 2012.
- O'KANE, C. O desenvolvimento de técnicas participativas. In: JAMES, P. C. A. (Ed.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Ediliber, 2005. p. 143-169.
- ONU. *Convention On The Rights Of The Childrens*. Genebra: Un, 1989.
- PERCY-SMITH, B. Councils, consultations and community: rethinking the spaces for children and young people's participation. *Children's Geography*, v. 8, n. 2, p. 107-122, 2010.
- PROUT, A. (Ed.). *The future of childhood*. London: Routledge, 2005.
- SANTOS, B. S. (Ed.). *Reinventar A Democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- SARMENTO, M.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Participação social e cidadania ativa das crianças. In: RODRIGUES, D. (Ed.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006. p. 141-153.
- SARMENTO, M.; MARCHI, R. Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma sociologia da infância crítica: configurações. *Revista de Sociologia*, v. 4, p. 91-118, 2008.

SOARES, N. A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 25-40, 2006.

SOUSA, J. 9d Eb23 Real Braga Tvi 2012. *Os Mais Novos E A Crise. Turma De Real, Em Braga, Faz Estudo Sobre A Crise Socioeconómica*. Porto: Televisão Independente, 2012.

TOMÁS, C. Participação não tem idade: participação das crianças e cidadania da infância. *Contexto & Educação*, n. 78, p. 45-68, 2007.

TOMÁS, C. (Ed.). *Há Muitos mundos no mundo: cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Porto: Afrontamento, 2011.

TREVISAN, G. *Cenários de participação política de crianças e jovens em contexto local: análise de uma experiência*. Paper presented at the VII Congresso Português de Sociologia, 2012.

VELOSO, G. Investigação Sobre Redes Sociais Envolve Alunos De Três Países. *Correio Do Minho*, p. 5, 2012.

Recebido em 21 de maio de 2013 e aprovado em 5 de junho de 2013.